

Arqueologia econômica

Antonio Delfim Netto[§]

Programa de pesquisa

Eu sou do período jurássico. De uma época em que a agricultura era a atividade mais importante do Brasil. Do tempo em que café era câmbio: o câmbio flutuava de acordo com sua produção. Nos períodos de safra, o câmbio “enfraquecia” Esse tema encontra-se desenvolvido em minha tese de livre-docência. As questões que se colocavam para a pesquisa acadêmica estavam intimamente vinculadas aos grandes problemas do País e que desafiavam a política econômica. O objetivo mais importante era consolidar e aprofundar a industrialização do País. A indústria já vinha se desenvolvendo. O setor automobilístico estava se instalando no País. Mas tratava-se de indústrias voltadas para o atendimento do mercado interno, com pouca probabilidade de se tornarem exportadoras.

No Brasil, a questão mais importante sempre foi a de estimular as atividades econômicas que permitissem a superação do constrangimento externo. Toda vez que a economia engrenava num período de crescimento econômico um pouco mais longo, desembocava-se numa crise externa. A questão central para a minha geração foi pensar como superar a restrição externa no processo de desenvolvimento econômico. Disso derivou uma grande preocupação com os assuntos agrícolas como, por exemplo, os meus trabalhos sobre o café, sobre o açúcar, sobre o trigo e sobre a agricultura. Essa era a atividade que deveria atender à transferência de mão-de-obra para os centros urbanos e ao crescimento da renda “*per-capita*” sem pressionar o custo real dos alimentos, além de aumentar a disponibilidade de exportação. Os grandes temas da pesquisa acadêmica voltaram-se para as atividades que poderiam contribuir, de alguma forma, para a superação da restrição externa: o café, o açúcar, o algodão ou a eficiente

§ Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, Professor Titular aposentado da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, ex-Embaixador do Brasil na França e ex-Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

substituição de importações. Alguns chegavam inclusive a pensar em ter, por exemplo, a auto-suficiência na produção de trigo. Nesse ponto, sempre houve uma enorme disputa entre os economistas. Eu lamento, porque até hoje alguns não entenderam a diferença entre o custo social e o custo privado. No Brasil, o trigo tem certamente um custo social quase nulo, mas tem um custo privado elevado. O trigo é produzido em terras que ainda não têm uso alternativo no inverno. Então, o que é que se sacrifica para produzir trigo no Brasil? Nada. Esse é um custo social do trigo. O grande debate sobre a Petrobrás também foi entre os que tinham urgência em economizar divisas liberando a pesquisa e exploração do petróleo e os que acreditavam que tínhamos muito tempo.

No início dos anos 50, escrevi um trabalho sobre taxa de câmbio flexível (*Revista do Mercado*, maio 1953), que revela a preocupação de encontrar um mecanismo para superar o que sempre foi a grande tragédia nacional, a restrição externa. Foi essa restrição que orientou desde o início todo o meu trabalho. Eu sempre tive sérias dúvidas se a poupança era efetivamente inibidora do crescimento econômico de forma que meu modelo tinha apenas um hiato: o externo. Estou cada vez mais convencido de que a poupança é relativamente endógena: ela segue o crescimento e não o antecede. Talvez os dois (o produto e a poupança) sejam produzidos pelo investimento gerado pelo “espírito animal” do empresário, que mobiliza os fatores disponíveis em novos produtos e processos para atender uma demanda “virtual”

A minha preocupação, inclusive na tese de cátedra, era saber se com um programa inspirado no Celso Furtado poderíamos ter uma exportação compatível com o equilíbrio do modelo. Essa preocupação ficou comigo a vida inteira. Naquela época éramos ingênuos, acreditávamos mais no planejamento do que no sistema de preços e no mercado. Lembro-me bem de um curso que dávamos sobre planejamento baseado no Oscar Lange e em Kalecki. Era tudo físico. Eram matrizes insumo-produto ampliadas onde os preços nunca compareciam. Com o tempo fomos aprendendo a importância do sistema de preços.

Quando eu fui para o governo, em 1967, o café representava cerca de 70% das exportações brasileiras. O meu primeiro objetivo era reduzir essa importância do café nas exportações. Essa é a origem do grande estímulo dado, então, às exportações de produtos industrializados. O café produzia a “doença holandesa” na economia brasileira. Com uma grande safra, o câmbio se desvalorizava (porque a demanda era inelástica) e desenvolviam-se pequenas exportações de outros produtos, até industrializados. De repente, vinha uma geada e a oferta de divisa subia brutalmente, e todo aquele sistema que estava sendo criado era destruído pela valorização do dólar. Esse foi o fio condutor de todas as pesquisas. Quando deixei o Governo, em 1974, o café representava não mais do que 10% do valor das exportações.

Método de trabalho

Sempre persegui uma combinação de teoria econômica, modelos matemáticos simples e história. No entanto, creio que cheguei até a participar de alguns exageros matematizantes na FEA. Durante muitos anos a FEA foi talvez a escola de maior pesquisa empírica da academia brasileira. Hoje eu não sei qual é a sua posição. A antiga FEA não é comparável com a dos dias atuais. Naquela época usávamos a estatística fisheriana, ou seja, a estatística que estava disponível. A escola possuía uma orientação quantitativa muito importante. Posteriormente, as coisas foram muito ideologizadas. A escola foi para o outro extremo. Isso foi responsabilidade de alguns marxistas de “pé quebrado” Quanto menos se conhece Marx, mais se é “marxista” É por isso que ele tinha horror aos “marxistas”

Mas há algumas coisas para as quais ainda não se fez justiça. O Luiz de Freitas Bueno, que foi professor de estatística da Escola, tinha (nos anos 50) uma intuição clara dos problemas criados pela série de tempo. Ele sugeriu que as séries de tempo deveriam ser um processo estocástico ergódico e que poderiam ser objeto de um tratamento estatístico especial. No entanto, perseguiu a linha metodológica do Tintner e do Davies que terminou num beco sem saída. O problema só foi retomado com uma nova concepção e com instrumentos matemáticos e estatísticos mais refinados, muito mais tarde. A estatística fisheriana foi trazida pelo genial W. L. Stevens - o inglês que importamos de Portugal. Era esse o instrumento que existia e o que utilizávamos nos trabalhos empíricos. É claro que as hipóteses daquela estatística estavam muito longe de realizar-se no campo econômico.

Mas a Escola tinha também uma orientação de aproximação histórica, devido à excelente influência da Alice Canabrava. Eu acredito que o perfeccionismo a prejudicou um pouco. Ela não conseguiu concluir o seu trabalho: tinha todos os instrumentos para construir um modelo de como funcionou, de fato, a economia colonial no Brasil. Não os romances publicados sobre a economia colonial, mas como ela funcionou. O contraponto era a intuição extraordinária do Celso Furtado, em “*Formação Econômica do Brasil*”, que é um livro rigorosamente inteligente e ousado. Celso Furtado é um formulador de hipóteses. Ele vai construindo o livro em cima de hipóteses, como coisa perfeita e acabada. O método que utilizávamos era uma combinação um pouco mais rigorosa de história com modelos matemáticos relativamente simples e com a estatística fisheriana.

Trabalho em equipe

Eu fui acusado de ser um grande paneleiro, mas posso dizer com uma certa alegria que nunca discriminei ideologicamente ninguém nos seminários que realizávamos. Sempre

trabalhamos em equipe, sempre procuramos montar grupos de trabalho. No início, os seminários diários começavam às sete horas da manhã. Depois eles passaram para o horário do meio dia às duas da tarde. Havia, também, o seminário da sexta-feira, que era uma espécie de confraternização onde reproduzíamos e discutíamos artigos importantes extraídos das revistas internacionais. Os seminários sempre foram abertos e estávamos longe de ser uma sociedade secreta.

Era comum procurarmos o setor privado para financiar aquelas atividades. Na época, não havia os instrumentos de financiamento que hoje existem. Por exemplo, se a Bolsa de Mercadorias queria realizar um estudo sobre o mercado futuro do algodão, reuníamos um grupo para fazê-lo. Éramos estimulados a produzir documentos e trabalhos sempre de alguma relevância prática. Havia também a ANPES, e a Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí. Esses instrumentos permitiam incorporar alunos e desenvolver um trabalho em conjunto. É claro que cada um tinha a sua orientação e seguia a sua inclinação.

Dilemas da economia moderna

Desde então as coisas mudaram muito. Hoje você é obrigado a publicar o que o mercado quer. A seleção é feita pela qualidade das publicações, o que é muito bom. As revistas são hoje muito mais seletivas do que eram, com *referees* que, numa larga medida, impõem a sua própria orientação, tentando reproduzir o seu próprio conhecimento. Há um pouco de ilusão em tudo isso. É claro que a publicação tem de controlar a qualidade, mas, hoje, quem não usar Teoria dos Jogos em seu artigo tem pouca chance de vê-lo publicado numa revista de primeiro nível. Quem não fizer uma demonstração do Teorema de Ohlin-Heckscher-Samuelson com jogos evolutivos no espaço de Banach tem pouca probabilidade de realizar um doutoramento brilhante.

Caminhamos para um tipo de refinamento que, na minha opinião, não é uma coisa saudável para a economia. O economista “matemático” é, com raríssimas exceções, matemático amador quando comparado com o matemático profissional. Ele transforma a economia num campo da matemática aplicada. Talvez tenhamos ido um pouco longe demais nesse caminho. *A American Economic Review*, há 50 anos minha companheira, é hoje uma revista poluída: raramente publica um artigo com alguma relevância. Ou seja, alguma relevância prática, que é aquilo que informa o profissional de economia. O mesmo ocorreu, inclusive, com o *Economic Journal*. Parece-me, entretanto, que a coisa já está começando a mudar. Já começaram a publicar simpósios etc. Na verdade, substituiu-se a relevância pela duvidosa elegância de matemáticos amadores. Eu acho que essa coisa vai passar. Não tenho a menor dúvida, já está em vias de ser superada.

O sentido da profissão

Eu comecei tentando entender e superar a restrição externa. Toda a minha vida só pensei no Desenvolvimento. Creio que a taxa de desenvolvimento natural do Brasil é de 6% a 7% ao ano. Basta o Governo ficar quieto, e não haver restrição externa que o Brasil cresce de 6% a 7% ao ano, sem nenhuma dificuldade. Só a restrição externa é capaz de impedir isso. De 1960 a 1990 os economistas perderam o seu problema. Agora, felizmente, a teoria de desenvolvimento parece dar sinais vitais mais vigorosos.

O problema dos economistas, em um país como o Brasil, é o desenvolvimento econômico com equilíbrio interno e externo. No entanto, os economistas vivem lamentando as restrições ao desenvolvimento, e não percebem que o sentido da profissão, num país como o Brasil, é tentar superá-las, e não conformar-se com elas! Por 30 anos, a Teoria do Desenvolvimento Econômico ficou adormecida. Foi preciso o Romer para se começar tudo de novo. Eu respeito o Lucas, que depois de ter produzido todo aquele estrago na macroeconomia foi se refugiar na Teoria do Desenvolvimento, dizendo que quem vê a importância desse problema não pode mais perder tempo com nenhum outro. O Barro é outra figura interessantíssima. No entanto, quando leio seu livro e olho o gráfico, vejo um ponto preto que ele diz ser o Brasil. Mas ninguém sabe se foi o computador ou se foi uma mosca quem pôs aquele ponto preto. O que é que aconteceu? Nós perdemos o problema. O economista num país subdesenvolvido só existe para ajudar a sociedade a superar os seus problemas, as suas restrições. E não para dizer-lhe que lamenta muito, mas que eles são insuperáveis.

Os problemas sempre foram muitos. Nós tínhamos problemas complexos para resolver que nada tinham a ver com os que os outros países estavam enfrentando. Éramos obrigados a enfrentá-los sozinhos. A globalização não globalizou os problemas: os problemas brasileiros continuam sendo brasileiros. Mas ela certamente globalizou a solução. Qualquer sujeito que hoje vai estudar desenvolvimento econômico, vai estudar a teoria do desenvolvimento endógeno. Trata-se, claramente, de uma ampliação adequada da teoria de Solow e de outros.

No entanto, toda teoria do desenvolvimento continua com suas mesmas três vertentes: 1) a neoclássica, que dá ênfase à flexibilidade dos preços dos fatores, aceita a hipótese de que o mercado gera uma tendência ao equilíbrio de pleno emprego e atribui o crescimento à ampliação do uso da mão-de-obra e do capital, combinados com o progresso tecnológico; 2) a keynesiana, que não aceita a tendência ao pleno emprego produzido pelo mercado e atribui papel importante ao Estado na geração da demanda global; e 3) a shumpeteriana, que chama a atenção para o papel decisivo do empresário que descobre as oportunidades de lucro e, com o investimento autônomo, que incorpora novas tecnologias para produzir novos produtos ou processos que são a base do desenvolvimento e da criação de emprego.

Elas, na verdade, são menos explicações concorrentes do que complementares, cada uma chamando a atenção para um dos aspectos do processo de desenvolvimento.

Hoje, existe um enorme campo para o economista brasileiro pesquisar em matéria da Teoria do Desenvolvimento Econômico. Ele pode até elaborar uma matemática tão sofisticada e divertida como a do modelo *Black and Scholes*, mas o que ele deve mesmo é fazer uma “opção” pelo desenvolvimento. Ele não precisa ficar com o sentimento de inferioridade que atacou os economistas que estudavam o desenvolvimento. A matéria foi abandonada e ninguém falava mais nisso. Foi necessário que se redescobrisse a Teoria do Desenvolvimento, lá fora, para que se voltasse a dar-lhe atenção aqui dentro. Durante os últimos 30 anos a Teoria do Desenvolvimento somente aparecia nos livros de Macroeconomia ao final, como apêndice. E muitas vezes nem aparecia.

Minha formação profissional

Eu acho que tive muita sorte. Formei-me contador. Queria ser engenheiro sem as condições econômicas para cursar a faculdade de engenharia: um claro problema de escolha com escassez. Na ocasião, fiz um concurso para o DER. Simultaneamente saiu a lei que permitia que o contador prestasse vestibular para a Universidade. Então eu fui para a Faculdade de Ciências Econômicas e fui muito feliz. Fiz parte da segunda turma da Faculdade. Eu havia estudado um pouco de matemática e isso me ajudou muito. Creio que a profissão me deu o que se pode esperar dela: a plena transformação do trabalho na alegria de viver.

Naquela época, os professores eram, na maioria, mais ou menos autodidatas. Talvez a exceção tenha sido o Paul Hugon, que tinha vindo da França. Ele não era um professor conhecido, mas dava um curso de introdução à Economia Política, quer dizer, um curso chamando a atenção para os aspectos institucionais. Tratava-se de um curso bastante interessante. Ele tinha orientação diferente da dos americanos. Eu estudei em alguns autores italianos como, por exemplo, o Bresciani-Turroni. O Hugon dava também um curso de História das Doutrinas Econômicas, onde se lia fragmentos dos clássicos, razoavelmente bem escolhidos para estimular o aluno. Havia o Heraldo Barbuy, professor assistente de sociologia. Ele era não só brilhante, como tinha também algumas idéias interessantes. Expunha Marx, Weber, Pareto, Parson, Spengler e outros autores. Era um curso provocante: uma mistura de Filosofia e de História, na forma de uma Filosofia da História. O Berthet era um professor de matemática extremamente cuidadoso, mas, por isso mesmo, o seu curso nunca chegava ao fim. Ele tinha um assistente absolutamente brilhante, o Pisanelli, cujas aulas eram realmente de alta qualidade. Este tinha uma grande disposição de nos ajudar na solução de problemas mais

complicados. Entre 1951 e 1952 ele resolveu minhas dificuldades com o “*Foundation*” do Samuelson.

No segundo ano tínhamos o Luiz de Freitas Bueno, que sempre foi um professor de alta qualidade e de mente muito aberta. Ele possuía uma cadeira bastante interessante, da qual participei com os assistentes Manzolli (que ensinava teoria dos jogos em 1953) e Morales. O curso sobre a teoria do valor era ministrado, no 2º ano, pelo Dorival Teixeira Vieira. Ele dava um curso muito curioso. Era uma espécie do quarto volume do Marx, Teorias da Mais-Valia. Ao final do curso ele chegava a um certo austro-marginalismo. Marx recebia um tratamento superficial, extremamente mecânico, para quem como eu tinha se metido alguns anos antes com o socialismo fabiano. Em estatística tínhamos o Stevens, que era genial, mas não dava aula para o curso de economia. Ele era a figura de socorro. Ele me ajudou muito a decifrar o velho “Kendão”, nos idos de 1953/54.

Havia ainda alguns cursos bons para a época. No terceiro ano, tínhamos Teoria dos Preços, dada também pelo prof. Dorival, baseado no livro do Jean Marchal. Não era um livro muito profundo, mas de boa qualidade. O curso de moeda era fraco, com ênfase na velha teoria quantitativa e umas tinturas da teoria da moeda do Keynes de 1930.

Tínhamos no 4º ano um curso de Comércio Internacional, baseado no livro do Haberler, dado pelo professor Dorival. Em Finanças Públicas, nós tivemos professores excelentes, como Rubens Gomes de Souza e o Teotônio Monteiro de Barros. Lembro-me hoje, com grande alegria, do Teotônio discutindo o teorema da equivalência ricardiana (sem esse nome), a partir de trabalhos de autores italianos que ele conhecia bem. O Rui Leme foi importante não só na consolidação da Escola mas também na incorporação de alguns instrumentos analíticos, como programação linear, a teoria da localização etc. O Rui complementou de maneira singular o ensino da escola. Quando se tornou diretor ele ajudou a formatá-la. Outro curso interessante era o de “Ciclos Econômicos”, do prof. Pinto de Souza, que usava o “*Prosperidade e Depressão*” do Haberler.

Alguns livros tornaram-se clássicos na minha geração. O “*Análise Matemática*” do Allen foi um deles. Nós trabalhamos o livro pelo menos 10 anos, sempre com alunos diferentes. Fazíamos isso sistematicamente, todos os dias, uma hora por dia, independente das aulas normais. Quando chegou o “*Economics*” do Samuelson (em 1952, traduzido pelo Dias Carneiro) foi uma festa. Eu me lembro do grande entusiasmo: havíamos descoberto um mundo novo. Ele tinha conseguido juntar todas as peças soltas. Estava estudando o “*Foundations*” do mesmo Samuelson (com a ajuda do Pisanelli) e em seguida dediquei-me ao “*Value and Capital*” do Hicks, um livro muito mais difícil e exigente em intuição econômica.

O Keynes chegou primeiro através do Timlin, do Klein e do Dillard em 1950. Só depois é que foi propriamente mordido. A descoberta da macroeconomia foi, de fato, em 1961, com o Ackley, que causou a mesma sensação que o “*Economics*” havia produzido uma década antes.

Início da pós-graduação

Naquela época havia uma certa ciúmeira entre FGV e a FEA. A FGV era muito mais antiga, mas a FEA tinha uma orientação mais empírica apoiada em modelos matemáticos simples e na estatística fisheriana. A FGV tinha nomes exponenciais, como era o caso do prof. Gudin, cujas ligações com grandes economistas internacionais eram sólidas. O seu livro de teoria monetária era obrigatório e vale a pena ser lido ainda hoje. O prof. Bulhões era primoroso e profundo. E o prof. Kingston era um competente estatístico. Posteriormente o Simonsen continuou a mesma tradição e teve um papel importante no desenvolvimento da FGV.

A FGV sempre teve um grande apoio externo, o que não era o caso da FEA. Nós tínhamos chegado a uma espécie de limite do esforço individual de autodidatas como eu, o Bueno, o Dorival e outros. Foi quando um acordo com o magnífico Georgescu-Roegen possibilitou que avançássemos um degrau, criando a possibilidade de que nossos alunos pudessem estudar nos EUA. O Werner Baer, que era mais carioca do que paulista, também nos ajudou muito. Quando o pessoal começou a voltar, o nível do ensino e da pesquisa se elevou. Eu, infelizmente, não tive o benefício das novas gerações que passaram a estudar lá fora. Aqui dentro, paralelamente à formação dos economistas, ajudamos a criar instituições, como é o caso da FIPE, com o objetivo de acomodar a gente que voltava do exterior. Era necessário criar um espaço de pesquisa que os absorvesse.

Naquela época, um professor catedrático de tempo integral ganhava cerca de 4000 dólares e um professor assistente cerca de 2500 dólares. Não havia demanda do setor privado por economistas. A profissão estava surgindo. O economista devia provar que prestava para alguma coisa. Hoje é diferente. A Universidade paga salários miseráveis, enquanto que a demanda do setor privado é grande. Eu não tenho a menor dúvida de que nossas inteligências mais brilhantes vão ser corrompidas pela Economia Financeira em detrimento da Academia. O sujeito tem que ser um missionário para resistir à tentação do mercado, diante da falta de estímulo da Universidade. Isso não é um mal absoluto. O mercado estará atraindo pessoas de maior inteligência e clareza que, certamente, irão ajudar o País a desenvolver-se.

Teoria e política econômica

Não há a menor dúvida que são indispensáveis a teoria econômica e a história para o exercício da política econômica. Pode-se concordar ou discordar de determinada medida de política econômica. No entanto, cada medida de política econômica posta em prática tem um bom fundamento. Talvez não se possa provar que ela seja correta. Provavelmente também não se possa provar que ela seja errada. Talvez a única coisa que se possa dizer é que ela tinha um fundamento apoiado numa visão da teoria econômica e da história. Toda a orientação de política econômica é baseada nesse fato. Há um documento, escrito por volta do final dos anos 60, que definiu a estratégia de desenvolvimento para o Brasil, um programa concreto orientado para tentar superar a dificuldade que nos atacou a vida inteira e que foi utilizado no Governo entre 1967 e 1974. Um dia eu vou publicá-lo. Talvez até o faça - se vocês permitirem - através da revista *Economia Aplicada*, como relíquia arqueológica de um mundo onde o economista pensava o desenvolvimento com estabilidade interna e externa. E não podia pensar outra coisa!

